

ATA DA 020ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Angela Albino - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Cumprimenta o PCdoB pelos 90 anos; tece comentários sobre o Dia Mundial da Água; defende o trabalho da ministra Ideli Salvatti.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Reporta-se à produção de uva e vinho em SC.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Comemora aprovação de projeto que concede o adicional de permanência aos policiais civis.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Destaca a importância dos programas de segurança alimentar.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Manifesta-se acerca do Dia da Água; parabeniza Florianópolis pelo aniversário.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - discorre sobre os problemas inerentes ao consumo de água no mundo.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Comenta os efeitos da estiagem e das enchentes na economia catarinense.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Critica a unificação das alíquotas do ICMS para importadores e os altos juros cobrados nas dívidas dos estados.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI (aparte) - Condena a alíquota unificada de ICMS.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (aparte) - Solidariza-se com o deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO NEODI SARETTA (aparte) - Alerta para o perigo da obtenção de novos empréstimos.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Maravilha.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Aborda a problemática entre Bombeiros Militares e Voluntários; especifica ações em prol de Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e deputadas, na noite de ontem, deputado Padre Pedro Baldissera, tivemos um evento nesta Casa e queremos cumprimentar o nosso partido parceiro, o PCdoB, que está completando 90 anos de fundação. Cumprimento também a deputada Angela Albino, presidente do partido no estado, partido esse que marcou a história do nosso país na luta

pela redemocratização, na luta contra a ditadura, quando muitos tombaram.

Então, no dia de ontem foi feita, com muita justiça, uma grande homenagem ao PCdoB e em nome do Partido dos Trabalhadores queremos cumprimentar e deixar clara a nossa solidariedade, o nosso agradecimento e o nosso respeito a um partido que, nos últimos nove anos, vem governando conosco o Brasil, primeiramente com o presidente Lula e agora com a presidente Dilma Rousseff.

Hoje, deputado Jailson Lima, que neste momento preside a sessão, é o Dia da Água. Portanto, é um dia de muita reflexão, de muito debate sobre temas relacionados à água, à política de proteção dos recursos hídricos. O governo federal, através do ministério do Meio Ambiente, vem debatendo esse palpitante assunto e neste ano o tema é Água e Segurança Alimentar.

Nós vimos acompanhando essa discussão há muito tempo e consideramos que o estado de Santa Catarina precisa fazer uma profunda reflexão sobre a questão do abastecimento d'água. Aqui muito se fala no abastecimento para o consumo humano, mas precisamos lembrar a necessidade de água na produção de alimentos, na agricultura, principalmente. Em 2012 vivemos um grande período de estiagem. Por isso a reflexão precisa ser cada vez maior porque a tendência é que os períodos de seca sejam cada vez maiores também.

Então, sras. deputadas, srs. deputados, este Parlamento tem o grande compromisso de realizar esse debate com a sociedade catarinense. Hoje pela manhã, acompanhando o *Bom Dia Brasil*, assistimos a uma reportagem mostrando que nas áreas urbanas do país a população vem aumentando, muitas vezes ocupando ilegalmente áreas para se instalar, para construir suas casas, inclusive em cima de terrenos onde ficam reservatórios de água potável, que abastecem grande número de habitantes.

Acabei de receber uma cartilha produzida pelo *Diário Catarinense* sobre a questão da água, que mostra que uma excelente opção é recolher a água da chuva, diminuindo cada vez mais o consumo de água encanada para fazer irrigação, para alimentar

os animais, deixando-a tão somente para o consumo humano.

Esse é um momento de grande reflexão e de muitos debates sobre o tema da água e com certeza Santa Catarina perde uma grande oportunidade de sair na frente, adotando uma política estratégica, preservando as matas ciliares, recuperando as encostas, as fontes e os rios, através da remuneração por serviços ambientais prestados.

Infelizmente, srs. deputados e deputadas, o Código Ambiental já foi aprovado nesta Casa, deputado Romildo Titon, mas ainda não temos nenhuma ação do governo do estado visando contribuir com a nossa agricultura familiar, que está no meio rural, onde ficam as nascentes que formam os rios, que abastecem as cidades e que produzem energia.

Alguns municípios estão utilizando as águas dos rios para abastecer tanto os centros urbanos quanto o interior, justamente num momento de estiagem em que a vazão dos cursos d'água diminui sensivelmente. E cito como exemplo a cidade de Pinhalzinho, que estava utilizando a água do rio Saudades para o abastecimento dos munícipes e que precisou parar de utilizar essa prática porque o nível do rio estava ficando baixíssimo.

Então, a implementação da política de remuneração e valorização para quem preserva a natureza é muito importante e precisa ser acelerada. Assim, estamos cobrando mais uma vez do governo do estado essa posição, assim como da própria secretaria de Desenvolvimento Econômico, através do secretário Paulo Bornhausen e do governador Raimundo Colombo.

Além disso, as entidades estão trabalhando muito firme para que haja subsídio na construção de cisternas, a fim de que os agricultores não fiquem com mais uma dívida. Esse é outro grande desafio que temos neste ano.

Para finalizar, deputado Jailson Lima, v.exa. levantou ontem as notícias que dão conta da possível queda da ministra Ideli Salvatti, mas para mim isso são apenas boatos. A ministra está muito firme, está fazendo um grande trabalho e com

certeza orientado e articulado com a presidenta Dilma Rousseff.

E falando na nossa presidenta, deputado Neodi Saretta, os jornais noticiam as críticas que ela fez ao famoso jeitinho brasileiro, pois ela quer mudar a lógica do fisiologismo na política brasileira. Esse é um tema profundo em nosso país que precisamos corrigir.

Nos últimos dias tem vindo à tona o debate da corrupção. Uma matéria do *Fantástico*, no domingo à noite, mostrou cenas de corrupção no serviço público. Parece que o senso comum é de que essas coisas ocorrem apenas no serviço público, mas na verdade é que ocorrem também em outros espaços, como no setor empresarial.

Então, esse tema que a presidente Dilma Rousseff levantou precisa ser por nós assumido, juntamente com os movimentos populares e as entidades. Há vários setores da sociedade se organizando contra a corrupção, a própria Polícia Federal, o Ministério Público e outros setores, que estão fazendo grandes campanhas no Brasil.

Então, com certeza todo esse movimento que envolve a ministra Ideli Salvatti que, na minha avaliação, está fazendo um grande trabalho para o Brasil junto ao governo, tem também muito a ver com essa forma de fazer política no Brasil. A postura do Congresso Nacional em relação às emendas parlamentares é promíscua, é fisiológica.

Então, tudo tem, com certeza, a ver com Santa Catarina...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) (Faz soar a campainha) - Deputado Dirceu Dresch, dada a importância da matéria, quero enfatizar que eu ontem não disse que a ministra estava fraca, muito pelo contrário. Mas v.exa. tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Talvez eu tenha, deputado presidente, expressado-me mal, mas tenho que reforçar a importância de Santa Catarina ter uma ministra que trabalha ao lado da presidenta Dilma Rousseff e que com ela discute os grandes temas relacionados ao Brasil e a Santa Catarina.

Quando muita gente queria ver este estado e o Brasil não dar certo, ela esteve presente ao lado do presidente Lula, como está neste momento defendendo e construindo juntamente com a presidenta Dilma Rousseff um grande Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, assomo à tribuna, esta manhã muito satisfeito com Santa Catarina.

Nós temos tentado, ao longo dos últimos dez anos nesta Casa, mostrar a importância de aplicarmos tecnologias trazidas pelos italianos, pelos alemães e por outras etnias para Santa Catarina. Os italianos, por exemplo, criaram no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina um polo produtor de uvas comuns na época, vinhos comuns, sendo que no decorrer do tempo nosso estado consolidou a produção de vinhos finos.

Por isso, srs. deputados, passo a ler algumas considerações a respeito da programação da Acavitis, que foi realizada nos dias 17 e 18 deste mês.

(Passa a ler.)

"Aconteceu a abertura da vindima de 2012 de Santa Catarina, que contou com a presença do governador Raimundo Colombo e com o otimismo no setor pela certeza de que o nosso estado está-se consolidando como uma nova região do mundo na produção de vinhos finos com diferenciado *terroir* - conjunto de fatores naturais e geográficos que caracterizam um vinhedo. O evento deste ano aconteceu na Vinícola Quinta Santa Maria, em Pericó, São Joaquim.

'É este tipo de desenvolvimento, embasado nas vocações locais, agregando tecnologias avançadas e com a consolidação de produtos de alta qualidade que queremos para Santa Catarina', afirmou na oportunidade o governador Raimundo Colombo.

De acordo com a declaração de Leônidas Ferraz, o grande presidente da Associação Catarinense de

Vinhos Finos de Altitude - Acavitis -, a meta é quebrar o paradigma de que os vinhos importados são os melhores.

Embora não pareça, a semente desse novo e alentador empreendedorismo em terras catarinenses foi lançada apenas há 13 anos. Vingou e progrediu diante da ousadia, da competência e do empreendedorismo de poucos, mas já traz perspectivas e resultados positivos para muitos catarinenses.

Importante também citar como entidade de apoio ao projeto a nossa renomada Epagri e seus técnicos, em especial o nosso enólogo, o nosso amigo, chefe do Laboratório Experimental, Jean Pierre Rosier, de Videira. Aliás, o laboratório foi implementado no governo de Esperidião Amin e tem realmente apoiado muito a melhoria da qualidade da nossa produção de vinho e derivados.

Hoje Santa Catarina conta com 35 empreendimentos voltados para a produção de vinhos de altitude, distribuídos nas regiões de São Joaquim, Campos Novos, Videira e Caçador. Os vinhedos ocupam 500 hectares e produzem dois milhões de litros de vinho.

A produção catarinense já contabiliza vários prêmios nacionais e internacionais e aparece com 27 vinhos entre os 100 melhores produzidos no Brasil, de acordo com o "ranking" da conhecida revista *Prazeres da Mesa*. A edição da revista premiou as seguintes empresas: Sanjo, Casa Pisani, Panceri, Kranz, Quinta da Neve, Villaggio Grando, Suzin, Pericó, Monte Agudo, Villa Francioni, Santo Emílio, Santa Augusta, Quinta Santa Maria, Abreu & Garcia, Villaggio Bassetti e Barão de Demetria.

A coragem dos empreendedores catarinenses começa a render dividendos e prospectar novos e lucrativos horizontes para além do setor de produção de vinhos. Conforme anunciado recentemente em noticiário econômico especializado de Santa Catarina, investidores internacionais estão interessados em construir um grande hotel em São Joaquim. A novidade foi transmitida pelo empresário Wander Weege, da Vinícola Pericó.

A Vinícola Pericó foi destaque recentemente na revista *VQ Vite, Vino e Qualitá*, em reportagem que conta como a empresa elabora o único *icewine* (vinho de uvas geladas) do país num vinhedo de 1.300m de altitude.

As boas notícias não terminam aqui. Após conquistar o segundo lugar geral em concurso em Miami, a Vinícola Villagio Grando fechou vendas para Nova Iorque e Miami.

Em termos de expansão, confiantes na qualidade da vinícola boutique Villaggio Grando, de Água Doce, o empresário Maurício Grando e seu filho Guilherme transformaram a empresa numa multinacional e devem lançar em breve no Brasil um vinho *malbec*, elaborado na Argentina em parceria com a enóloga Adriana de La Motta, filha do melhor enólogo do século XX.

O empresário Maurício Grando foi homenageado recentemente pelo Conselho Estadual do Turismo como personalidade que investiu em equipamentos e em roteiros que colaboram para fazer de Santa Catarina o destino preferido pelos turistas no Brasil.

Outro exemplo de sucesso do segmento é a vinícola Kranz, além de vinhos e espumantes de qualidade, avança com sucos e geleias em Santa Catarina e no país."

Por isso quero cumprimentar mais uma vez toda a diretoria da Acavitis, da Coopervitis, que tementemente criada, tendo hoje à frente dos destinos da Acavitis o nosso amigo Leônidas Ferraz, um conhecedor da matéria.

Mas faço este registro, deputado Romildo Titon, volto a declinar o seu nome, porque v.exa. conhece a região e a qualidade dos nossos vinhos.

A Acavitis, hoje, representa um grupo de produtores, em que um fiscaliza o outro, para que realmente todos coloquem na prateleira do mercado um vinho de grande qualidade. E o mais importante é que se a uva não for boa no vinhedo, essa uva não pode ser aproveitada para a fabricação de vinhos de qualidade, ela terá outros destinos, como de sucos ou vinhos inferiores.

O vinho da Acavitis, fiscalizado por ela mesma, tem que ser de uva de primeira qualidade, dentro de um padrão de produção e de produto, independentemente da produtividade.

Por isso quero afirmar, mais vez, aos catarinenses que o nosso vinho é de boa qualidade. Evitem os importados, vamos deixar as divisas do nosso estado consumindo vinho com moderação, mas vinhos de Santa Catarina.

Temos orgulho de representar, mais uma vez, neste plenário, a qualidade dos vinhos catarinenses. Por isso esse desafio e esse aconselhamento: vamos experimentar os vinhos de Santa Catarina, vamos provar e degustar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, quero parabenizar os policiais civis, os funcionários do IGP, os peritos, os agentes e o sistema prisional pela aprovação, ontem, do projeto do governo a respeito do adicional de permanência.

Srs. deputados, li num jornal de Palhoça o seguinte: "Palhoça é a cidade com o maior índice de homicídios de Santa Catarina". Felizmente, ainda não é, mas se olharmos em números reais, ela tem o maior número de homicídios no estado de Santa Catarina, até maior do que o de Florianópolis. Mas se for considerada a população, há outras cidades em nosso estado com índices também gravíssimos, como é o caso de Balneário Camboriú.

Falo dessa homenagem aos policiais pelo trabalho que desempenham e pelo reconhecimento que tem de ser dado a eles. E nesses 30 anos de atividade como policial, acompanhei sempre a luta diária no combate à criminalidade, assim como as dificuldades enfrentadas para a realização desse trabalho.

Sr. presidente, o projeto que ontem aprovamos era um direito já pago aos policiais, que foi suspenso por um parecer. A sua regularização, ontem, deu-se através da inserção de um novo artigo na nossa legislação, que vai permitir que os policiais voltem a receber o adicional permanência.

O que é o adicional de permanência? É uma motivação para que o profissional da Segurança que chega aos 30 anos de atividade, que já tem tempo para aposentar-se, possa permanecer exercendo as suas atividades. A cada ano que ele permanece além dos 30 anos de serviço, e a mulher a partir dos 25 anos de serviço, recebe 5% de gratificação sobre o vencimento, até o limite de 25%.

Isso faz com que profissionais capacitados, experientes, que ainda têm condições de prestar eu serviços à sociedade, continuem realizando esse trabalho, totalmente motivados. A lei permite ainda, como permite para os policiais militares e bombeiros, que esse profissional, ao se aposentar, leve essa vantagem de 25%.

Eu falei de Palhoça porque peguei o jornal pela manhã e li toda a matéria. Dos 14 homicídios, 11 já foram resolvidos. Portanto, tivemos este ano, em Palhoça, 14 homicídios e 11 resolvidos. Isso demonstra o empenho e a capacidade dos nossos policiais e a importância de estarem trabalhando motivados.

Eu cito isso porque Palhoça tem uma boa equipe de policiais civis, como tem de policiais militares - e não no número que queremos -, que estão motivados. E rendo aqui a minha homenagem ao policial Palma, que é filho de um ex-policial civil e um grande profissional. Quando saiu a nomeação foi designado para o sul do estado, e lembro que a sua mãe veio ao meu gabinete, quando chefe da Polícia, pedir a sua remoção para Palhoça. Nós entendemos as justificativas. A mãe tinha residência em Palhoça e o profissional estava no sul do estado, num município que também precisa de profissionais, mas trabalhando descontente, porque tinha que dar atenção à sua família. Lá ele tinha que pagar outro aluguel e

queria desempenhar as suas funções próximo da família, deputada Dirce Heiderscheidt. Fiz a remoção, quando delegado-geral, e pude ver, com felicidade, a carreira desse jovem dedicado, um dos melhores policiais de Santa Catarina e que está realizado.

Temos muitos policiais que estão em locais distantes da família, e é muito difícil para eles desempenharem a sua função, se não estão satisfeitos. O profissional tem que estar realizado e levantar pela manhã com alegria para ir trabalhar. Não podemos ter um profissional saindo de casa desmotivado.

A delegacia é um dos órgãos mais complexos de se exercer a profissão, pois lá chegam pessoas com problemas, desesperadas, que veem no policial a última possibilidade de solução do seu problema. E se não tiverem um atendimento respeitoso, carinhoso, motivado, saem dali ainda mais desesperadas.

Então, temos que ter profissionais motivados nas delegacias e uma das formas de motivar foi, na época, a criação de um cadastro de todos aqueles que queriam sair do seu local de lotação para ir para um local onde, efetivamente, estivessem motivados.

Hoje há esses mesmos dados na Polícia Civil, num documento que chamam de banco de dados técnicos. E nesse momento não adianta ser técnico, pois cada caso é um caso. Eu vi casos de agentes pedindo remoção. "Não, mas há cinco na frente"! Mas se formos analisar a situação de cada um... E cito o caso de um policial que foi aprovado e designado para Jaraguá do Sul, mas tinha toda a sua família entre São José e Biguaçu e queria vir para a região porque lá tinha a sua casa, os familiares e uma filha excepcional. Portanto, ele queria estar mais próximo dela para dar-lhe o devido atendimento e também porque lá estavam o sogro e os pais que ajudavam na convivência familiar. É claro que um profissional assim, quando sai para trabalhar e sabe que a sua família está em sintonia e que a filha está com os avós, vai sentir-se mais seguro e motivado. E foi uma

luta enorme para convencer que isso era justo, porque o banco de dados dizia que outros pediram na frente. Mas eram outros que pediram a transferência quando houvesse a possibilidade e que não tinham problemas familiares tão graves.

Então, falo isso porque ontem aprovamos uma lei que faz justiça aos nossos policiais civis. E os policiais civis e militares devem ser respeitados na sua vontade, na possibilidade de exercer a sua função mais perto dos seus familiares.

Faltam policiais em todos os lugares. Para se ter uma ideia, num período de três anos, trouxemos para Palhoça 15 novos policiais. Mas com as aposentadorias, com as remoções, com os problemas de doença e até de um suicídio, esse número, três anos depois, era o mesmo.

Eu sei que foi uma luta muito grande para implantarmos em Palhoça, naquela época, a delegacia de Proteção à Mulher, e não foi possível pela falta de efetivo, por não termos pessoas suficientes para sua implantação.

Mas registro aqui a minha homenagem aos policiais pela aprovação do adicional de permanência, que é mais uma vitória da categoria. E registro também a minha homenagem a todos os policiais pelo trabalho desenvolvido.

Na comarca de Palhoça, em nome do Palma, quero saudar todos os policiais civis pelo brilhante trabalho que fazem, apesar de todas as dificuldades que a função lhes apresenta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, do PSDB e da belíssima cidade de Brusque, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, quero saudar todos os catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Minha saudação ao prefeito da capital, Dário Berger, que hoje inaugura, depois de muito tempo, a Beira-Mar Continental, que melhorará a questão

da mobilidade não somente no continente, mas também na ilha.

Gostaria de cumprimentar o prefeito Albert Stadler, de Porto Belo, pelo trabalho incessante que vem fazendo e que pela proximidade afetiva e profissional e por ter relações entre o Legislativo e o Executivo daquele município, está-se filiando ao PSDB.

Seja bem-vindo, prefeito! E parabéns, deputado Dado Cherm, nosso líder, que faz um trabalho excelente não somente na Assembleia, mas no estado inteiro, motivando o nosso partido.

Quero cumprimentar ainda o professor Elói Mariano Rocha, diretor da Escola Estadual de Educação Básica Olívia Bastos, de Tijucas, do bairro Nova Descoberta. Sei que, como ele, há mais 1.325 diretores e mais de dois mil assessores de direção empenhados para que as escolas funcionem bem, para que os professores se empenhem e para que os alunos tenham uma boa educação. Seguramente, o professor Elói Mariano Rocha representa essa espécie de diretor, que é a maioria absoluta em Santa Catarina, tenho certeza.

Em nome de Rogério Raul Theiss, secretário de Desenvolvimento Regional de Timbó, saúdo todos os secretários regionais que estão acompanhando esta sessão. De uma forma muito especial, quero cumprimentar o secretário Executivo de Combate à Fome, dr. Antônio Carlos Machado Júnior, que durante o ano passado, em articulação com esta Casa e com o setor legislativo da Casa Civil, elaborou a Lei de Segurança Alimentar e a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar, trabalho que envolveu também a secretaria Executiva de Combate à Fome do ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Aliás, Santa Catarina, até o ano passado, era um dos três estados que ainda não tinham essa lei aprovada. Não sei se os outros dois estados já elaboraram a lei, mas Santa Catarina já o fez, assim como assinou o termo de adesão com o ministério, com a presidente Dilma Rousseff, e está apta para buscar recursos junto ao governo

federal e participar de diversos programas nessa área.

Infelizmente muitas pessoas acham que se alimentar é comer muito. Há que se dizer que muitas pessoas, por terem fácil acesso ou por má informação ou hábito, exageram, às vezes, na quantidade e aquela quantidade passa a ser maléfica para a sua saúde. Muitas pessoas com excesso de peso acabam enfartando ou tendo problemas vasculares não apenas no coração, mas também no cérebro.

Então, a Lei de Segurança Alimentar visa a assegurar o acesso ao alimento em quantidade e qualidade suficientes; visa a facilitar a produção de alimentos e visa também dar informação para todas as pessoas sobre como se alimentar para que aquele alimento gere saúde e longevidade.

Portanto, a alimentação adequada é um direito básico do cidadão. Ele tem direito à alimentação, mas também à informação para que essa alimentação promova a sua saúde. Cabe, portanto, ao poder público garantir todas essas informações para todos os cidadãos; caber ao poder público levar em conta as dimensões ambiental, cultural, econômica, enfim, todas as condições sociais para que as pessoas tenham acesso a uma boa ingesta.

Dentro da alimentação, um dos alimentos que não têm valor energético, mas têm valor imprescindível, é a água. Nos últimos dez ou 15 anos os jornais, quando trazem uma notícia, somente mudam a data, uma vez que a notícia é parecida. As cidades acometidas pelas secas, como o oeste e o extremo oeste de Santa Catarina, são praticamente as mesmas, assim como as cidades onde acontecem anualmente as enchentes. As enchentes acontecem todos os anos, seja em Santa Catarina, seja no Rio de Janeiro, pois existe uma periodicidade, um ritmo de frequência desses desastres climáticos.

Naturalmente, cabe-nos usar os conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis não somente para minimizar os efeitos, como no caso das enchentes, mas também para aproveitar o momento e

extrair daquilo uma forma de garantir qualidade de vida para as pessoas.

Seguramente, no oeste do estado, onde agora há o período da seca, também existem períodos em que chove muito. Se guardássemos a água na época em que chove, certamente não faltaria na hora da seca, principalmente para o consumo humano e animal.

Mas quero saudar o secretário executivo de Combate à Fome, que apresentou no ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome um projeto para que sejam construídas, em Santa Catarina, neste ano, mais de 3.500 cisternas para captar a água no período das chuvas. Essa água, que é boa, será conservada para o momento de seca.

Gostaria de saudá-lo e de apoiá-lo na sua iniciativa. Esta Casa já ajudou muito na aprovação da lei e dará todo o apoio para que de fato aconteça esse projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon. A sua preocupação ambiental é de extrema importância. Por isso, parabênzo v.exa. pelo seu pronunciamento, tendo em vista as condicionantes ambientais. E aí já vamos fazer a propaganda da Rio mais 20, deputado Serafim Venzon, em que as questões ecológicas e o clima vão ser debatidos mundialmente.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, hoje, dia 22 de março, véspera de aniversário da querida capital catarinense, sobre a qual quero fazer alguns comentários depois, é o Dia Mundial da Água, consagrado pela ONU.

Já houve aqui outros comentários sobre esse tema, mas não poderíamos deixar de falar sobre isso até porque muitos se perguntam por que instituir esse dia se o planeta tem tanta água e

tantos mares, dando a entender que esse tema não mereceria ser considerado.

O fato é, sr. presidente, que apenas 0,008% do total da água do nosso planeta é potável, ou seja, apropriada ao consumo humano. E nós sabemos também que grande parte dessa água já está contaminada e representam risco para o ser humano num futuro bem próximo.

Por isso, é muito oportuno que neste dia façamos uma reflexão séria, efetiva, sobre as formas de preservação da água, sobre as formas de combate à poluição.

Gostaria para isso de trazer a público uma declaração conhecida de muitos, mas que nunca é demais lembrar, a Declaração Universal os Direitos da Água, que em seu art. 1º preceitua:

"Art. 1º - A água faz parte do patrimônio do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão é plenamente responsável aos olhos de todos." [sic]

Cito este artigo e em nome dele toda a Declaração Universal os Direitos da Água, para reforçar esse desejo de que possamos cuidar desse bem inestimável, deputado Serafim Venzon, que é a água. Como já disse, apesar de grande parte do nosso planeta ser formado por água, apenas 0,008% é potável.

E aproveito o gancho para fazer referência à estiagem, ou seja, à falta d'água!

Ontem houve em grande parte do estado, trovoadas, chuvaradas, mas no oeste do estado há mais de 100 municípios em estado de emergência, onde, nos últimos dez anos, ocorreram sete estiagens. Por isso, tornam-se muito importantes ações emergenciais, mas também ações estruturais que sejam definidas após se pensar um pouco mais na questão do armazenamento da água, nas formas de enfrentar efetivamente essas estiagens e os consequentes problemas de falta d'água tanto para o consumo humano, como para o consumo animal, já que o oeste de Santa Catarina é uma região altamente agrícola, com muitos frigoríficos e que ao produzir animais para o abate, precisa de muita água.

Sr. presidente, surpreendeu-nos a decisão do governo do estado, do secretário de estado da Agricultura, de abrir mão de recursos que o governo federal estaria repassando porque tinha que fazer projetos. Ora, é claro que é preciso fazer projetos, é necessário que os pré-requisitos para a liberação de recursos sejam cumpridos. Jamais se pode abrir mão de recursos que serviriam para auxiliar Santa Catarina nessa emergência!

Quero lembrar que esse fato não é inédito, já há um exemplo do passado. Lembro-me que quando era prefeito de Concórdia o estado devolveu recursos. Fiz uma articulação com os prefeitos, fui pessoalmente fazer essa articulação, e fomos a Brasília para garantir os recursos para o estado, para diversos municípios de Santa Catarina, especialmente para a região oeste, que recebeu R\$ 150 mil para a distribuição de água e outros investimentos importantes.

Então, esse ano parece que estão copiando esse mau exemplo do passado, mas felizmente, há possibilidade de que esses recursos venham diretamente aos municípios. Esperamos que os prefeitos façam a documentação necessária, agilizem-se e façam o cartão da Defesa Civil, mecanismo criado recentemente em que o prefeito tem que cadastrar o CNPJ na Defesa Civil, abrir uma conta especial, enfim, seguir os passos que a própria Defesa Civil orienta, a fim de conseguir o cartão e receber os recursos.

Quero ainda, aproveitando esse saldo de tempo que me resta, lembrar que a nossa capital amanhã estará de aniversário, a querida e bela Florianópolis. Nesta semana tivemos uma audiência pública na comissão de Turismo e Meio Ambiente, onde debatemos, por proposição do deputado Edison Andrino, a questão da poluição da Lagoa da Conceição, do assoreamento da lagoa. Houve uma série de manifestações e ficou claro que a Lagoa da Conceição é um cartão postal, não apenas de Florianópolis, mas de Santa Catarina, do Brasil. Ouvimos as pessoas que moram no seu entorno expressarem sua preocupação com aquele belíssimo monumento. Espero que as ações sejam feitas para

recuperar aquela região que é maravilhosa, assim como é maravilhosa esta ilha, que é a capital deste nosso querido e belo estado de Santa Catarina.

Portanto, desejo parabenizar a cidade de Florianópolis e todos os seus habitantes pelas suas maravilhas. O desejo maior que tenho é que o presente à capital seja a concretização de algumas obras e que pensem na capital no presente para o futuro, para melhorar a qualidade de vida das pessoas no que se refere à mobilidade urbana e às questões que são importantes a todos aqueles que escolheram aqui viver.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, hoje o deputado Padre Pedro Baldissera está conduzindo um debate sobre o aquífero Guarani, evento que conta com a participação de um grande número de parlamentares e que acontece no auditório desta Casa.

Neste Dia Mundial da Água, temos uma bela imagem no jornal *Diário Catarinense*, de página inteira, com o título: *Brinde à água*.

Quero cumprimentar os deputados Neodi Saretta e Padre Pedro Baldissera, que lideram esse movimento, esse fórum em defesa do aquífero Guarani.

Gostaria também de saudar o nosso sempre presidente Dalírio Beber, que presidiu o PSDB por muitos anos, fez o PSDB crescer e ainda hoje exerce uma grande liderança sobre todos nós, sobre os prefeitos, vereadores e militantes. Dalírio se destaca no PSDB de Santa Catarina, e tenho certeza de que graças ao trabalho que ele fez e ainda está fazendo teremos um PSDB ainda mais forte, não apenas um partido, mas um instrumento social para o desenvolvimento.

O Brasil mudou muito nos últimos anos e essa mudança não é à toa, ela se dá pelo trabalho das pessoas, pelo empenho dos empreendedores, mas muito pelo envolvimento político, administrativo das pessoas que dão certo, que deram certo em seus negócios, mas que entram no processo político e fazem dar certo a administração pública, como está fazendo o sr. Dalírio Beber, presidente da Casan, que administra o acesso à água para muita gente, não apenas na capital ou na Grande Florianópolis, mas em muitos municípios de Santa Catarina, onde a empresa possui convênio com várias administrações municipais.

Hoje, além de fornecer água com qualidade, como alimento para garantir a saúde, temos que nos preocupar, deputado Jailson Lima, v.exa. que é médico, com as doenças neoplásicas, com o câncer. Há muitas pessoas com câncer e isso pode ter alguma relação com a questão da água que tomamos, que vem das torneiras, mas talvez estejamos consumindo água de uma maneira ainda pior, através de refrigerantes, porque ninguém sabe bem o que há nas fórmulas, mas como têm sabor, atraem as crianças.

Às vezes vemos pessoas fazendo regime, restringindo determinados alimentos, com o grande desejo de emagrecer, mas tomando um litro de coca-cola ou qualquer outro refrigerante, agregando um grande volume de calorias, que, seguramente, vai transformar-se em gordura, em sobrepeso.

Então, no momento em que prestamos homenagem à água é preciso dizer que precisamos cuidar e saber lidar com ela, com as águas das enchentes, com a falta de água durante as secas, aprendendo a conservá-la para os momentos de necessidade.

A água é o alimento mais barato e é, deputado Neodi Saretta, a única bebida de fato *diet*. A água é o único alimento que apenas agrega peso ao ser ingerida, mas é eliminada quando a pessoa urina.

Há muitas pessoas que, infelizmente, influenciadas por propagandas, inclusive crianças, têm a impressão de que a água não faz mais parte do cardápio. Fala-se muito que precisamos conservar a água, que é importante, mas é preciso

dizer que necessitamos tomar água, que é a melhor bebida, o melhor líquido que podemos consumir.

Seguramente, deve existir na água maltratada, ou mesmo naquela tratada, algo que não se consiga retirar, alguns elementos que, talvez, sejam cancerígenos, ou ainda em muitos refrigerantes deve haver algum produto que desconhecemos, mas que interfere na multiplicação celular das pessoas.

Então, quero somar-me ao movimento de todos os deputados e dizer da importância e do respeito com a água, que deve ser de boa qualidade porque é o melhor alimento que existe.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0025/2012, 0044/2012, 0060/2012, 0432/2011 e 0552/2011.

A comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0062/2011, 0424/2011, 0480/2011 e 0510/2011.

A comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0468/2011.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s: 0029/2012, 0074/2012, 0528/2011, 0534/2011, 0535/2011, 0564/2011, 0565/2011, 0566/2011, 0568/2011 e 0570/2011.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0098/2012, de autoria da liderança do PP; 0099/2012, de autoria do deputado Valmir Comin; 0100/2012 e

0101/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s.: 0238/2012, de autoria do deputado Manoel Mota; 0239/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0240/2012, de autoria do deputado Dóia Guglielmi; 0241/2012, 0242/2012, 0243/2012, 0244/2012, 0245/2012, 0246/2012, 0247/2012, 0248/2012 e 0249/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Moção n. 0008/2012, de autoria da liderança do PP, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, apelando sua intercessão junto ao ministério das Relações Exteriores para que busque uma solução urgente em resposta às medidas protecionistas adotadas pelo governo da Argentina, que vêm ocasionando enormes prejuízos à economia catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fim da matéria constante na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero, ao cumprimentar o presidente, deputado Jailson Lima, que preside esta sessão, cumprimentar os telespectadores da TVA.

Gostaríamos também de somar esforços e externar a nossa preocupação com a estiagem que atinge Santa Catarina, notadamente a região oeste, e que esta semana, deputado Neodi Saretta, atinge também alguns municípios do extremo sul de Santa Catarina, prejudicando o abastecimento urbano e a agricultura, principalmente o cultivo do milho e do feijão. Municípios como Içara e Maracajá já

decretaram situação de emergência e sua Defesa Civil já está trabalhando.

Temos ainda a questão dos agricultores do oeste, onde a estiagem persiste com gravidade muito maior e onde estão sendo aguardadas ações governamentais tanto do governo federal quanto do governo estadual, no sentido de apoiar as famílias de agricultores que sofreram prejuízos, que tiveram sua qualidade de vida afetada de maneira muito drástica. É necessária uma resposta mais eloquente, mais efetiva dos mecanismos de Defesa Civil, pois até aqui só foram realizadas as mesmas ações que têm ocorrido em outros eventos climáticos, que chegam geralmente atrasadas. São assumidos apenas compromissos assumidos pelas autoridades, que acabam não se transformando em benefícios reais para as pessoas.

Gostaria, através desta tribuna, de propor tanto ao governo federal quanto ao governo estadual mecanismos mais ágeis, mecanismos de pronto atendimento para os produtores rurais e também para as comunidades urbanas, pois muitas pessoas vítimas de enchentes, de vendavais ocorridos há mais de um ou dois anos, famílias inteiras, até hoje moram em abrigos provisórios.

É dramática a situação da estiagem, o debate precisa continuar. Muitas coisas positivas também aconteceram, como a questão da agricultura familiar, principalmente a questão da indenização do Proagro, o trabalho feito por técnicos da Epagri, por técnicos do ministério do Desenvolvimento Agrário e por técnicos do ministério da Agricultura apoiando os agricultores.

Com relação ao Proagro, dos cinco mil contratos que teriam direito, mais de dois mil já atendidos. Esse é um fato positivo!

Muito ainda precisa ser feito, mas há necessidade, sem dúvida nenhuma, de uma ação técnica de prevenção, de construção de cisternas, de armazenamento de água, porque essa estiagem que está ocorrendo no oeste catarinense é contínua, é recorrente, tem acontecido todos os anos. E os nossos agricultores têm tido prejuízos e mais

prejuízos que, somados, provocaram uma descapitalização muito grande no setor agrícola do oeste catarinense, que merece uma ação mais forte da secretaria da Agricultura, bem como do governo federal.

Santa Catarina é exportadora de alimentos, principalmente carne de suíno e de frango, e também de fumo. E não podemos perder essas ferramentas importantes que temos hoje na nossa cadeia produtiva, que não podem ser esquecidas porque fazem parte do mix de exportação do nosso estado.

Falando em agronegócio, gostaria de enunciar como fato positivo, apesar de um pouco tarde, a liberação esta semana, por parte do ministério da Agricultura, de R\$ 737 mil para apoiar a comercialização da safra de arroz. A colheita do arroz já está 90% concluída em Santa Catarina, mas essas medidas são bem-vindas, pois são recursos que permitirão a comercialização de mais de dois milhões de toneladas, garantindo o preço mínimo da saca ao produtor rural.

O produtor de arroz vem-se descapitalizando ao longo dos últimos anos, em função das muitas perdas ocasionadas por desastres climáticos, mas também por problemas de comercialização dada a concorrência assimétrica com os mercados do Mercosul. Sendo assim, essas medidas são muito bem-vindas, pois através da Conab serão realizados leilões de comercialização através do PEP - Prêmio para o Escoamento de Produto -, bem como através do Pepro - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor. O produtor rural vai receber uma diferença entre o preço que está comercializando e o preço mínimo do produto para ter a garantia de poder honrar seu financiamento e seus custos.

O governo federal também fará, através do AGF - Aquisições do Governo Federal -, a aquisição de 320 mil toneladas no Brasil e mais 700 mil toneladas através do contrato de opção, que é um contrato muito interessante para o agricultor, pois ele pode em vez de comercializar a R\$ 25,00 na safra, a partir de outubro comercializar a R\$

29,00 e até a R\$ 30,00, que é o preço que julgamos justo.

É importante citar que estamos em um ano de boa colheita de arroz, com um produto de excelente qualidade e com alta produtividade, mas os preços não têm ajudado os produtores. O governo federal já lançou medidas semelhantes destinadas a beneficiar os produtores de soja e de cana-de-açúcar.

Precisamos encontrar medidas para o saneamento financeiro dos produtores de arroz no Brasil, pois eles acabaram endividando-se por razões que não dizem respeito à administração da sua propriedade nem às questões técnicas de plantio, mas em função de ajustes do Mercosul, da queda do dólar e outros.

Vamos começar na próxima semana um trabalho no sentido de organizar os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, além de outros estados produtores desse cereal, no sentido de que o governo federal encontre um mecanismo capaz de tirar os produtores do endividamento e permitir que possam acessar ao crédito oficial, já que a grande maioria está inadimplente em função do endividamento, repito, ocorrido não por fatores inerentes a sua atividade, mas por fatores externos, como os acordos comerciais do Mercosul, as questões climáticas, as questões cambiais, que fogem ao seu controle.

Por isso, nesta terça-feira, estaremos promovendo nesta Casa um encontro de diversas instituições e segmentos envolvidos na cadeia produtiva do arroz, no sentido de criarmos um mecanismo estadual que represente as necessidades, tanto na área técnica, na área política, quanto na área comercial, nesta questão que mexe com o endividamento desse setor que é muito importante para a economia de Santa Catarina.

Portanto, ficam convidados os srs. deputados para participar, nesta terça-feira, no plenarinho, de uma reunião da cadeia produtiva do arroz, ocasião em que pretendemos discutir todas as políticas públicas para esse setor, tanto em nível estadual quanto em nível federal, porque é muito

importante para a economia de Santa Catarina e também do Brasil.

Eu gostaria, sr. presidente, de agradecer a oportunidade e desejar uma ótima reunião e um bom final de semana a todos os senhores!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, demais deputados, catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, voltamos à tribuna para falar exatamente sobre a Unale.

Na próxima segunda-feira, deputado Carlos Chiodini, às 11h, a diretoria da nossa entidade estará reunida com o governador de Pernambuco, na cidade de Recife, formalizando o convite para que o governador Eduardo Campos profira uma palestra na nossa conferência, que ocorrerá do dia 29 de maio ao dia 1º de junho. Ele já confirmou, mas vamos protocolarmente formalizar o convite.

Depois disso, no almoço que ele vai oferecer, já com outros parlamentares, vamos levantar mais subsídios para a reunião de terça-feira na cidade de Vitória, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, da qual também estaremos participando.

Convidamos o deputado Marcos Vieira, pois é extremamente importante para nós que ele compareça na condição de presidente da comissão de Finanças e Tributação, porque em Vitória será realizada, na próxima terça-feira, a terceira reunião, deputado Neodi Saretta, sobre o endividamento dos estados. Já houve uma reunião bastante prestigiada na cidade de Belo Horizonte, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais; outra em Goiânia, e agora em Vitória faremos a terceira reunião.

O deputado Marcos Vieira, ao que me consta, está programando uma reunião das comissões de Finanças dos três estados do sul. Parece-me que na semana que vem vai formalizar esse convite, para que o sul também se mobilize. E na próxima terça-feira, então, a diretoria da Unale fará o convite para que participe também dessa reunião da região

sul, porque, afinal de contas, a maioria dos estados se encontra completamente endividada.

Pelo contrato firmado em 1998, deputado Neodi Saretta, quanto mais se paga mais se deve e é grande a agiotagem que a união vem praticando contra os estados e os municípios há muito tempo, e aqui não estou tecendo nenhuma crítica ao atual governo, até porque isso iniciou ainda no governo anterior.

Em 1998, quando Santa Catarina assinou o contrato, a nossa dívida era de R\$ 4,3 bilhões; nesse período foram pagos R\$ 7,3 bilhões, mas o estado ainda está devendo R\$ 10 bilhões. Então, é uma dívida que não acaba nunca, pois por mais que o estado faça um esforço para pagá-la, ela continua aumentando. O Brasil já pratica as maiores taxas de juros, mas essa que a união está praticando contra os estados vai promover uma quebradeira geral, não tenho dúvida disso!

Deputado José Milton Scheffer, 13% da nossa receita é consumida para abater essa dívida. Se ela estivesse sendo abatida efetivamente, acho que o esforço, durante alguns anos, valeria a pena. O problema é que estamos sacrificando investimentos, sacrificando políticas salariais, que os servidores tão merecidamente reivindicam; sacrificando obras estruturantes para Santa Catarina; investimentos em educação, saúde e segurança, deputado Carlos Chiodini, por conta dessa dívida que quanto mais se paga, mais cresce!

A capacidade de investimento do estado não ultrapassa a casa dos 10%. Tem que se fazer um esforço grande para chegar a 10% de investimento do total da receita e 13% disso vai para essa dívida que aumenta cada vez mais.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Deputado Joares Ponticelli, v.exa. tem sempre colocações pertinentes, notadamente no que se refere à liderança que exerce na Unale. Inclusive, se a sua liderança for reconhecida nacionalmente, com certeza será o próximo presidente dessa importante

entidade, que enfrenta muitos desafios. E o maior deles é o aumento das responsabilidades que a união transfere para os estados e municípios, sem, contudo, repassar os recursos competentes.

Outro exemplo momentâneo, mas que vai gerar uma repercussão imensa, deputado Joares Ponticelli, é a questão do ICMS unificado. A reunião a que v.exa. se refere será em Vitória. O Espírito Santo é um estado que também sofrerá grandes consequências com a perda desse benefício, que para Santa Catarina representa uma parcela significativa da sua arrecadação.

Como eu sempre coloco, é uma arrecadação em rede. Não é apenas o importador, o João que tem a carreta ou faz a logística, todas as pessoas dessa rede que prestam, de uma forma ou de outra, serviços para a distribuição de produtos, para a produção e assim por diante.

Então, como sugestão de pauta, deputado Joares Ponticelli, a Unale deveria manifestar-se sobre esse assunto.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Carlos Chiodini, e foi muito positiva sua manifestação e sua sugestão. Desde já me comprometo publicamente a colocá-la na pauta das nossas reivindicações a partir de segunda-feira.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Deputado Joares Ponticelli, a sua preocupação é muito coerente, porque os índices de correção das dívidas dos estados são escorchantes. Não há como administrar Santa Catarina, que hoje paga mais de R\$ 1 bilhão todos os anos para o governo federal, Apesar disso, a dívida apenas cresce. É dinheiro nosso, do suor dos catarinenses que estamos mandando para o governo federal. E de lá não volta nada, nem o mínimo nós conseguimos! Os municípios catarinenses possuem créditos já empenhados - e farei um pronunciamento na semana que vem sobre isso - no valor de R\$ 1,3 bilhão, mas o governo federal não paga nada e os municípios não

conseguem atender às necessidades básicas das pessoas para melhorar sua qualidade de vida.

Então, são bandeiras muito interessantes que v.exa. levanta e solidarizo-me nessa questão da equalização do ICMS, porque é mais uma maneira de retirar recursos dos catarinenses, gerados pela criatividade e talento dos catarinenses. Não podemos permitir isso e somo-me aos seus esforços, desejando-lhe sucesso nessa caminhada, bem como na sua assunção à presidência da Unale, que será muito útil para Santa Catarina e para o Brasil, a fim de que possamos de uma vez por todas construir um novo pacto federativo, no qual os estados e os municípios sejam respeitados pela união.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado, e incorporo ao meu pronunciamento a manifestação de v.exa.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Joares Ponticelli, são muito importantes as suas colocações e preocupações. Também me preocupo com essa questão dos juros elevados, de grande parte dos recursos públicos serem canalizados para o pagamento do serviço da dívida. Tanto isso é verdade que tive a oportunidade de exercer um mandato executivo, fiz uma interrupção dessa sangria no sentido de passar a abrir mão desses empréstimos e fazer investimentos com recursos do próprio caixa, com pagamentos à vista.

V.Exa. tem toda razão, mas quero dizer também, para fazer justiça - porque se fala, às vezes, deputado José Milton Scheffer, em mandar recursos para o governo federal -, que não é bem assim. Nesta semana esta Assembleia aprovou três empréstimos do governo de Santa Catarina.

Então, se o governo está preocupado com juros também deveria pensar nesses novos empréstimos. Ele pede emprestado, depois tem que devolver. Pode dar a impressão, às vezes, ao catarinense que nos escuta, de que o dinheiro daqui vai para lá por

nada, mas vai porque alguém tomou emprestado e agora tem que pagar.

Quanto aos juros, não temos dúvida de que haveremos de discutir outras formas de pagar essas dívidas históricas do estado, dívidas elevadíssimas, decorrentes de épocas de inflação altíssima, cujas correções não estão dentro dos patamares aceitáveis atualmente.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Eu acho que precisamos ser propositivos. Ninguém quer aplicar o calote. Se foram contraídas dívidas, elas têm que ser pagas. Essa ideia que estamos tentando construir nos eventos da Unale é exatamente a redução dessas taxas de juros que são absurdas. Essa é a pior agiotagem que se pratica no mundo!

Então, propomos converter parte desses recursos, deputado Kennedy Nunes, para um PAC dos estados. Nós queremos, sim, garantir que esses recursos sejam aplicados, devolvidos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Tendo em vista a importância do seu discurso e também em homenagem à Unale, v.exa. terá mais dois minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado pela generosidade. O presidente fica ainda mais generoso nas quintas-feiras, do que quando preside as sessões nas terças e quartas-feiras.

Nós queremos, deputado Jailson Lima, que parte desse volume de recursos seja aplicado nos estados, que o governo federal crie um PAC - Programa de Aceleração do Crescimento - dos estados e que parte disso tenha aplicação obrigatória nos estados, porque aí aumentaremos substancialmente a capacidade de investimento dos estados, afinal de contas o valor que pagamos de juros da dívida é praticamente maior do que aquilo que o estado tem para investir a cada ano.

Essa questão que segurou o governador e o secretário da Fazenda e tantos outros governadores e secretários em Brasília, nesta semana, também preocupa muito, porque se o estado perder essa disputa, vamos ter a retirada de mais de R\$ 1 bilhão de receita somente neste ano, o que vai resultar na perda da capacidade de investimentos que está reservada para Santa Catarina em 2012.

Então, são questões que efetivamente nos preocupam. Nós, parlamentares, estamos na defesa dos estados e, por consequência, dos municípios. O deputado José Milton Scheffer e o deputado Neodi Saretta já passaram pela presidência da Fecam e sabem a dificuldade que os municípios enfrentam. E com essas obrigações cada vez mais ampliadas, sem o devido repasse de recursos, temo que se possa gerar em pouco tempo uma quebradeira generalizada dos estados e municípios por conta desta concentração da receita do Brasil em quase 70% nas mãos do governo central.

Essa é a nossa preocupação. Vamos voltar a esse tema e espero que possamos avançar nessa discussão nas reuniões das segundas-feiras com o governador Eduardo Campos e na terça-feira, em Vitória, no Espírito Santo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Eu gostaria de cumprimentar o deputado Joares Ponticelli, que disse que hoje estou generoso, deputado Gelson Merisio, mas a minha generosidade decorre do fato de o Tribunal de Justiça ter tomado uma posição contrária ao projeto de lei da transparência. Mas continuamos de pé.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, eu estava em plenário no horário destinado aos Partidos Políticos e por um lapso v.exa. não me chamou para ocupar a tribuna.

Apenas estou usando o microfone de aparte para registrar a presença do prefeito Orli Berger, de Maravilha, que está nesta Casapara a alegria dos deputados, que sabem da sua luta em prol da Cidade das Crianças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Está feito o registro, deputado Maurício Eskudlark.

O próximo orador inscrito é o deputado Kennedy Nunes, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES- Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero fazer uma referência especial aos alunos da Universidade do Estado de Minas Gerais que estão aqui realizando uma pesquisa, a qual tive a oportunidade, ontem, de responder. Na verdade, trata-se de um estudo muito interessante sobre o Parlamento, deputado Joares Ponticelli, sobre as Assembleias Legislativas, acerca de vários assuntos, desde fidelidade partidária, passando pela opinião dos deputados com relação ao que mais vale, se é a posição do partido ou a posição do grupo que defende.

Quero dizer que foi um prazer poder participar dessa pesquisa e tenho certeza de que os outros parlamentares o farão.

Quero aproveitar o tempo que tenho hoje para falar sobre dois assuntos. Primeiramente, o jornal *Diário Catarinense* traz uma matéria completa sobre um assunto, deputado Maurício Eskudlark, que estamos tratando aqui, a PEC dos bombeiros, que evoluiu muito.

Ainda há pouco recebi um telefonema do presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville, sr. Udo Döhler, que está preocupado com a situação do bombeiro voluntário com relação à fiscalização. Eu expliquei a ele que existe uma diferença muito grande entre aprovação prévia de projetos e fiscalização. A aprovação prévia do projeto, hoje, conforme está no art. 108, é competência do Corpo de Bombeiros Militar,

portanto, legalmente não pode ser feita por outra entidade.

A nossa ideia, sr. presidente, é tirarmos do art. 108 essa aprovação prévia de projeto e colocarmos no art. 111, para fazer o que se pretendeu através da PEC n. 0001.

Já a fiscalização vai ficar sob a responsabilidade do Bombeiro Militar, porque é preciso que seja feita por um funcionário público concursado, com poder de polícia. Agora, para isso não poderá ser cobrada taxa alguma, porque, como se trata de segurança pública e de função do estado, deve ser feita via imposto.

Então, o Corpo de Bombeiros Militar pode chegar a qualquer momento na Assembleia Legislativa, por exemplo, e fazer uma fiscalização para ver se as questões de segurança de incêndio estão dentro dos parâmetros legais. Mas ele não pode cobrar nada por isso, não pode!

As Adins contra o Fundo de Reparelhamento estão sendo aceitas pelos tribunais exatamente por isto, porque a cobrança não pode ser feita por taxa, tem que ser por imposto. Agora, se passar a questão dos projetos serem feitos também por bombeiros voluntários ou comunitários, aí os municípios - prestem atenção os prefeitos - poderão fazer via taxa, porque sai do âmbito da lei estadual e passa a ser gerida pelo art. 111 da Constituição, portanto, uma ação do município.

Então, é bom explicar isso para que não haja nenhuma dúvida. Nós, com a comissão de Segurança Pública, com os técnicos desta Casa, com as entidades envolvidas e também com o Ministério Público vamos avançar nesse arcabouço jurídico, para que possamos resolver de uma vez por todas esta questão entre os bombeiros militares, voluntários e comunitários.

Dito isso, quero fazer um registro muito especial, porque nós, da região norte, de Joinville, através do meu mandato, estamos tendo alguns avanços. Por exemplo, já foram descentralizados recursos e eu destinei, sr. presidente, todo o recurso que pude para os municípios, para a Defesa Civil, para desobstruir

rios e minimizar os problemas de assoreamento, principalmente nos municípios que estão sendo atingidos pelas cheias na região norte.

Estamos destinando valores para o município de Araquari, que sofreu bastante, Barra do Sul, Corupá e São João do Itaperiú. Mas também tive a honra e o prazer de destinar duas verbas que acho de extrema importância. Primeiramente, destinamos R\$ 200 mil para o recém-inaugurado - aliás, na sexta-feira passada - 17º Batalhão da Polícia Militar da zona sul de Joinville, através do seu comandante, tenente-coronel Adilson Michelli, inauguração essa que contou com a presença do secretário César Grubba e do comandante da Polícia Militar, coronel Marcineiro.

Esses R\$ 200 mil se destinam ao término das obras do pátio, da guarita e da garagem daquela unidade da Polícia Militar, que faz todo o policiamento da zona sul da cidade de Joinville, que é responsável pela grande demanda populacional daquela cidade.

Também tive a honra de destinar, deputado Neodi Saretta, R\$ 1 milhão para que se possa reabrir as quatro salas de cirurgia do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, que estão fechadas desde 2003, deputado Joares Ponticelli. Com esses recursos vamos conseguir comprar todos os equipamentos, reabrir as quatro salas e com isso diminuir a espera das pessoas que estão ainda na expectativa de uma cirurgia eletiva.

As cirurgias eletivas tiveram seu número muito aumentado por conta dos acidentes que acontecem nas rodovias, principalmente de moto. Em Joinville acontecem em média 35 acidentes por dia com motocicleta, um número muito grande, que acaba impossibilitando a realização de cirurgias eletivas.

Com a reabertura dessas quatro salas no Hospital Hans Dieter Schmidt, com o apoio do governador Raimundo Colombo, estaremos minimizando um pouco o problema das pessoas que muitas vezes ficam até anos na fila de espera para uma cirurgia que não acontece por conta de todo esse problema.

Entendemos que dessa forma estamos cumprindo na plenitude o nosso mandato nesta Casa. Estamos fazendo isso em várias focos, principalmente na relação entre os bombeiros militares e os bombeiros voluntários, a fim de que possamos resolver a questão de forma legal, dentro daquilo que nos é atribuído, e também na ajuda aos municípios, indicando ao governo do estado onde podem ser feitas algumas ações para minimizar os problemas dos catarinenses.

Acabo de vir do BRDE, onde acompanhei alguns empresários de Criciúma que foram pedir apoio através de um financiamento para desenvolver um sistema de gestão - não só de controle, mas de gestão - que está sendo desenvolvido naquela cidade. Precisam desse tipo de apoio para que se possam desenvolver e colocar no mercado seus produtos.

Esse é o grande papel que desenvolvemos aqui, além do atendimento das pessoas. Precisamos indicar recursos, resolver os problemas das pessoas, legislar, resolvendo atritos de legislação que acabam prejudicando o cidadão.

Então, de forma muito alegre, digo que me sinto no exercício pleno do meu mandato, com todas essas ações.

Eu gostaria de repassar isso para todas as pessoas que nos estão acompanhando, seja pela TVAL ou até pelas redes digitais, com as quais sempre estamos interagindo. Muitas dessas ideias que implementamos vêm através de pessoas que conosco interagem através do Facebook, do Twitter e de todas as redes sociais, o que faz com que o nosso gabinete virtual funcione e preste contas do nosso mandato.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje,

às 19h, destinada à concessão do título de Cidadão
Catarinense a Marco Aurélio Raymundo - Morongo.

Está encerrada a sessão.